



Segurança compartilhada

Ministério da Justiça prepara pacote de medidas para ampliar a influência do governo federal na gestão das polícias do DF

» RAFAELA GONÇALVES
» VÍCTOR CORRÊA

Durante a semana, a equipe do Ministério da Justiça discutiu formas de ampliar as ferramentas disponíveis para o combate a atos antidemocráticos, como os que depredaram os palácios-sede dos Três Poderes da República, no domingo passado. O ministro Flávio Dino sinalizou que pretende aumentar de forma permanente o poder do governo federal sobre as forças de segurança do DF com o objetivo de mitigar a influência de questões políticas locais no comando das polícias.

Segundo ele, um pacote com as propostas legislativas — o Pacote da Democracia — será encaminhado aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), logo no início da legislatura, que começa em 1º de fevereiro.

“Tendo em vista que há um ambiente híbrido, devemos propor algo que reforce a atuação do governo federal. Esse modelo atual mostrou uma insuficiência diante da gravidade dos fatos”, afirmou o ministro, ao adiantar que o teor das propostas ainda está em consulta pública, dependendo do aval do presidente Lula e do diálogo com líderes do Congresso.

Entre as propostas, que devem ser apresentadas em 10 dias, está a criação de uma Guarda Nacional permanente, além de mecanismos de cooperação entre o GDF e a União, com a escolha de um secretário de Segurança “compartilhado”. Ao todo, de acordo com o

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Militar da Força Nacional faz a segurança do Ministério da Justiça, que estuda a criação da Guarda Nacional

ministro, o pacote deve incluir cinco projetos de lei ou medidas provisórias. Também há a sugestão de se estabelecer uma “quarentena eleitoral” para policiais, a regulação da internet e mudanças nas regras sobre terrorismo. “Os crimes de ódio político e de terrorismo estão largamente fluindo por intermédio da internet, esse é um debate internacional”, emendou.

Impasse

Os ataques da semana passada desataram o primeiro impasse dentro da ala ministerial responsável pela segurança pública do governo. De um lado, Flávio Dino pedia a rápida desmobilização do acampamento golpista

em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília. Do outro, o ministro da Defesa, José Múcio, defendia que os acampamentos eram “uma demonstração da democracia”, e pregava uma solução pactuada, sem incluir, necessariamente, a retirada compulsória dos manifestantes. O posicionamento condescendente foi mal visto por integrantes do governo e ganhou repercussão depois dos ataques.

Ao longo da última semana, Múcio foi alvo de uma série de rumores sobre sua saída do governo — o deputado federal André Janones chegou a postar, em suas redes sociais, que o ministro entregaria uma carta de renúncia. Os boatos, no entanto, foram desmentidos pelo próprio

José Múcio, também por meio de redes sociais.

Mesmo com as divergências, Dino demonstrou apoio ao colega, mas afirmou que é indisputável que houve algum tipo de adesão das forças de segurança aos atos antidemocráticos. “Sem a adesão de membros das forças de segurança, de algum modo óbvio, o que ocorreu no dia 8 não teria ocorrido. Infelizmente, envolveu a participação voluntária ou por omissão de agentes da segurança pública distritais ou federais”, declarou.

O presidente Lula ajudou a reforçar as suspeitas, afirmando que as Forças Armadas “não podem ser o poder moderador como pensam”. Na mesma direção,



Tendo em vista que há um ambiente híbrido, devemos propor algo que reforce a atuação do governo federal. Esse modelo atual mostrou insuficiência diante da gravidade dos fatos”

Flávio Dino, ministro da Justiça

o novo pacote de medidas do ministério da Justiça reforça a perda do protagonismo militar.

Clima ameno

Após os ataques terroristas de domingo passado, servidores do Ministério da Justiça comemoraram a mudança no comando da pasta. O clima nas semanas derradeiras do governo anterior, sob o comando do então ministro Anderson Torres, era “soturno”, de acordo com relatos à reportagem do **Correio**, sem relação próxima entre a alta cúpula da Justiça e os subalternos.

Desde a posse do presidente Lula, estava em curso uma espécie de arrumação na casa. Na

semana seguinte à depredação, o ministro Flávio Dino e seu braço direito, o secretário executivo da pasta e interventor na segurança pública do Distrito Federal, Ricardo Cappelli, coordenaram uma força-tarefa para investigar, identificar e punir os protagonistas dos atentados aos palácios da Praça dos Três Poderes. Cappelli é visto como um gestor firme por servidores do ministério, opinião corroborada pelo próprio ministro Dino. “O secretário virou interventor em uma hora difícil. Meus colegas de equipe do ministério da Justiça sabem que estávamos aqui. Eu estava no gabinete e, quando olho pela janela, onde estava o Cappelli? No Eixo Monumental. Lá, no chão. E eu disse: olha ali, o interventor”, contou Dino em coletiva de imprensa, na sexta-feira.

Durante os atos terroristas, os membros do ministério que estavam no local permaneceram no prédio, despachando. Questionado sobre possível demora na atuação do governo federal em reagir à depredação, Dino rebateu: “no momento em que, da janela aqui em cima, eu vi acontecendo a razão para decretar a intervenção federal, eu imediatamente a propus, imediatamente o presidente Lula assinou. O processo durou menos de uma hora”.

Outra mudança apontada pela equipe do ministério foi a preocupação da nova cúpula com “a angústia” dos funcionários. Flávio Dino, especialmente, incentivou a mudança no trato com o time, estimulando uma relação mais fraterna entre os funcionários.

Geap inova na gestão e alcança resultados inéditos

OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE REVERTE SITUAÇÃO ECONÔMICA DELICADA E TORNA-SE DESTAQUE NO MERCADO DE SAÚDE

Apresentado por:



A Geap Autogestão em Saúde completou 77 anos em uma nova fase, renovada e com a credibilidade reforçada junto ao mercado de planos de saúde. A fundação precisou modernizar a gestão para reverter uma forte crise econômico-financeira e superar a possibilidade de falência em poucos anos. Quando assumiu, em 2019, a Diretoria aplicou uma série de medidas urgentes para o saneamento e sustentabilidade da Fundação.

“Quando chegamos, com a liderança do nosso então diretor-presidente Ricardo Figueiredo, a Geap estava em direção fiscal pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Ao mesmo tempo em que nos deparamos com um desafio enorme, vimos uma oportunidade de transformar a Geap em uma referência no mercado”, explica o atual diretor-presidente da Fundação, Pablo Gontijo.

Durante cinco anos – 2015 a 2020 –, a Geap ficou sob o regime especial de Direção Fiscal, mecanismo instaurado pela ANS para aquelas operadoras de saúde que apresentam grave desequilíbrio econômico e financeiro. Para contornar esse panorama, em apenas um ano, a Diretoria adotou diversas ações, como cortes de despesas, cancelamento de contratos desnecessários e ampliação da auditoria.

Sustentabilidade financeira

Para garantir a saúde econômico-financeira da Fundação, a gestão tem



concentrado esforços para evolução dos resultados frente às exigências regulamentadas pela ANS. Os números demonstram a melhoria contínua do resultado da Geap, como destaca o diretor financeiro da Geap, Claudio Lopes Barbosa. “No período de 2017 a 2022, a saúde financeira da empresa melhorou significativamente, evoluindo de um resultado negativo de R\$ 388 milhões para um montante positivo de mais de R\$ 1,9 bi, o que representa uma ampliação expressiva para suportar suas despesas”, detalha.

Entre as ações de gestão dos recursos da Operadora, foi criada uma política de investimentos. “Pensando em fortalecer

a segurança financeira da Fundação, de acordo com a nossa governança corporativa, criamos uma comissão de investimentos, com regras bem definidas, com foco na manutenção das reservas financeiras, sem descuidar da sustentabilidade”, ressaltou Claudio.

A performance da Geap foi destaque no Anuário Época Negócios 360º de 2022. A operadora alcançou o 4º lugar em “Desempenho Financeiro” no ranking do setor Saúde, que avaliou 26 empresas de todo o Brasil. Foram considerados critérios como: saúde financeira, balanço patrimonial e indicadores e assuntos ligados ao tema mais discutidos pela liderança.

Reajustes menores e rede credenciada de qualidade

Em razão do saneamento das contas e eficiência da gestão, possibilitando reverter o resultado financeiro em favor do beneficiário, de forma sustentável a empresa alcançou, em 2022, o menor reajuste nos planos desde 2013. Com 2,26%, a Geap se manteve muito abaixo do índice da ANS, que chegou a 15,5%. Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a decisão reforça a missão da Fundação, de investir os recursos na melhoria dos serviços prestados em benefício dos seus assistidos.

Outro fator importante para promover a satisfação dos beneficiários é disponibilizar uma rede credenciada diversificada, de confiança, abrangente e de qualidade, garantindo a sustentabilidade sem comprometer o resultado na prestação de serviços. Em 2022, foram credenciados mais de 774 novos prestadores, sendo 27 hospitais. Hoje, a Geap conta com mais de 15,5 mil prestadores, em todo o território nacional.

“Na parte de rede, o foco não é ampliação, mas o investimento na rede em si. Isso consiste não só em ampliar a quantidade de prestadores, mas principalmente cuidar da qualidade do atendimento”, explica Pablo.

O trabalho é feito desde o processo de credenciamento, quando é estabelecida a parceria com os prestadores, passando pela regulação, agilizando as autorizações dos procedimentos até o faturamento, onde garantimos o pagamento pelos serviços prestados. “O resultado desse processo é um hospital satisfeito e o beneficiário bem atendido. Esses fatores contribuíram para a reversão da queda da carteira de beneficiários da Geap”, complementa.

Novos convênios e ampliação da carteira de beneficiários

Conquistar novos patrocinadores, ou seja, órgãos públicos conveniados à Geap, também faz parte da estratégia da Diretoria. Em 2022, foram assinados diversos novos convênios, com destaque para órgãos do poder Judiciário. No período, se tornaram conveniados Geap os Tribunais de Justiça dos estados (TJPR, TJRR, TJRO, TJAM e TJTO), o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT/SC) e o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE). No total, as novas parcerias têm potencial de mais de 12 mil vidas e reforçam o crescimento da carteira da Geap.

Outra consequência do trabalho de saneamento da gestão foi a parceria firmada com a própria ANS. Sendo a agência que trata da regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades dos planos de saúde no Brasil, a adesão da agência ao convênio da Geap com a União reafirma a credibilidade da Fundação.

Clima organizacional de confiança

A valorização dos colaboradores e de um ambiente de trabalho saudável e positivo também é motivo de orgulho da Geap. Desde 2020, a empresa ostenta o selo de excelente empresa para se trabalhar, pelo programa de certificação Great Place To Work (GPTW). Em 2022, a Fundação alcançou seu melhor resultado, com nota 89. Com os números positivos e com as importantes conquistas dos últimos anos, a Geap Saúde se firma ainda mais no mercado de planos de saúde e deve seguir a curva de crescimento nos próximos anos, é o que projeta Pablo.